

### **Proposta para atendimentos individuais – Sao Jose das Palmeiras**

O valor da proposta é de R\$ 8.000,00.

O acolhimento do infante J.E.L.F, já acolhido na Casa Lar, na data de 28/04/2025, será realizado por um prazo determinado e emergencial dentro de um periodo de 6 meses, onde o município será responsável pelas despesas e pelos serviços externos, incluindo o agendamento e acompanhamento de consultas (levando e buscando), transporte à escola (transferências e levar/buscar), bem como visitas a familiares, uma vez, que o veiculo que a Entidade possui, é cedido pelo municipio de Santa Helena, dessa forma, nao pode realizar o serviço para outros municipios.



Michael Stiehl  
Diretor



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 11.483.768/0001-80 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 12/11/2009
NOME EMPRESARIAL ENTIDADE FILANTROPICA O BOM SAMARITANO		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ENTIDADE FILANTROPICA O BOM SAMARITANO		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R GUALACHOS	NÚMERO 2615	COMPLEMENTO *****
CEP 85.724-036	BAIRRO/DISTRITO CONDA	MUNICÍPIO MEDIANEIRA
ENDEREÇO ELETRÔNICO EFOBS@LIVE.COM		UF PR
TELEFONE (45) 9937-0186		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 12/11/2009	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 29/04/2025 às 09:35:02 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ENTIDADE FILANTROPICA O BOM SAMARITANO**  
**CNPJ: 11.483.768/0001-80**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:37:51 do dia 29/04/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 26/10/2025.

Código de controle da certidão: **773F.B91C.49E3.75A9**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Voltar

Imprimir



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 11.483.768/0001-80  
**Razão Social:** ENTIDADE FILANTROPICA O BOM SAMARITANO  
**Endereço:** RUA SERGIPE 3040 / SAO CRISTOVAO / MEDIANEIRA / PR / 85884-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 23/04/2025 a 22/05/2025

**Certificação Número:** 2025042302231807024916

Informação obtida em 29/04/2025 09:45:28

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





Estado do Paraná  
Secretaria de Estado da Fazenda  
Receita Estadual do Paraná



## **Certidão Negativa**

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual  
**Nº 036685950-10**

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **11.483.768/0001-80**

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

**Válida até 27/08/2025 - Fornecimento Gratuito**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet  
[www.fazenda.pr.gov.br](http://www.fazenda.pr.gov.br)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

**Certidão Negativa de Débitos**

**IDENTIFICAÇÃO CONTRIBUINTE**

**Certidão Nº:** 6983 / 2025

**Código de Autenticação:** 4DC7C06623F9983DDED71B83B4CC02B5

**CGCM:** 204334

**CNPJ/CPF:** 11.483.768/0001-80

**Nome:** ENTIDADE FILANTROPICA O BOM SAMARITANO

**Endereço/Número:** RUA Gualachos, Nº2140

**Bairro:** Conda

**Complemento:**

**Município:** MEDIANEIRA : PR **CEP:** 85884000

**Requerente:** ENTIDADE FILANTROPICA O BOM SAMARITANO

**Finalidade:** SIMPLES VERIFICAÇÃO

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

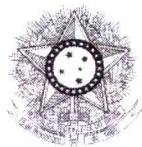
Certificamos, a requerimento da parte interessada, que para o contribuinte global acima identificado, NÃO CONSTAM DÉBITOS em aberto.

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados.

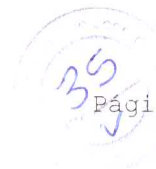
Medianeira, 29 de abril de 2025

Atenção: Esta Certidão foi emitida via internet e para verificar sua AUTENTICIDADE utilize o código informado acima. Acesse <https://medianeira.oxy.elotech.com.br/portal-contribuinte/autenticar-documento> na opção (AUTENTICAR DOCUMENTOS).

ESTE DOCUMENTO TEM A VALIDADE ATÉ: 28/07/2025



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO



Página 1 de 1

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ENTIDADE FILANTROPICA O BOM SAMARITANO (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 11.483.768/0001-80

Certidão nº: 26063168/2025

Expedição: 12/05/2025, às 09:46:53

Validade: 08/11/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ENTIDADE FILANTROPICA O BOM SAMARITANO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **11.483.768/0001-80**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.





## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ - TJPR

RODRIGO TIMÓTHEO TABORDA  
DISTRIBUIDOR PÚBLICO

AVENIDA TANCREDO NEVES, 2320 - 1º ANDAR EDIFÍCIO DO FÓRUM - CEP 85805-000  
FONE: (45) 3326-4479  
CNPJ: 00.322.048/0001-16

26

### CERTIDÃO NEGATIVA JUDICIAL ESPECÍFICA

Rodrigo Timótheo Taborda, Oficial Designado do Ofício do Distribuidor, Contador, Partidor, Depositário e Avaliador Judicial da Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, nos termos da Seção V do CNFJ:

Certifico que, revendo os registros desta Serventia, NÃO FORAM localizadas ações de FALÊNCIA OU CONCORDATA; RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL E RECUPERAÇÃO JUDICIAL (Lei nº 11.101/2005), em face de:

**ENTIDADE FILANTROPICA O BOM SAMARITANO**  
**CNPJ: 11.483.768/0001-80**

Dado e passado nesta cidade e comarca de CASCAVEL, Estado do PARANÁ, ao(s) 08 dia(s) do mês de maio do ano de 2025. Buscas procedidas no(s) ultimo(s) vinte ano(s).

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Bel. Rodrigo Timótheo Taborda  
Oficial Titular

**SERPRO**  
Assinado digitalmente por:  
RODRIGO TIMOTHEO TABORDA  
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço:  
<<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>>

Nos termos do art. 91-A, da Resolução nº 426/2024, esta certidão abrange processos falimentares das seguintes Comarcas: Cascavel, Alto Piquiri, Altônia, Ampére, Assis Chateaubriand, Barracão, Campina da Lagoa, Cantagalo, Capanema, Capitão Leônidas Marques, Catanduvas, Chopinzinho, Corbélia, Coronel Vivida, Dois Vizinhos, Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Goleerê, Guaíra, Guaraniáçu, Icaraima, Iporã, Laranjeiras do Sul, Mamborê, Mangueirinha, Marechal Cândido Rondon, Marmeleiro, Matelândia, Medianeira, Nova Aurora, Palotina, Pato Branco, Pérola, Quedas do Iguaçu, Realeza, Salto do Lontra, Santa Helena, Santo Antônio do Sudoeste, São João, São Miguel do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Ubitatã e Xantrê.



EMOLUMENTOS DESTA CERTIDÃO: R\$ 42,95

A presente Certidão Negativa somente terá validade com o Carimbo e ou Assinatura Digital do Oficial do Cartório Distribuidor.

KHETLLYN  
Página 1/1

38

## ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE FILANTRÓPICA O BOM SAMARITANO

### Art. 1º - DENOMINAÇÃO:

I - A Entidade Filantrópica O Bom Samaritano, neste estatuto designada, simplesmente, como entidade O Bom Samaritano, fundada em data de 14 de outubro de 2003, com sede e foro nesta cidade de Medianeira, à Rua Gualachos, nº 2615, Bairro Condá, Medianeira, Paraná, CEP: 85884 000, é uma entidade civil, constituída por tempo indeterminado, sem fins lucrativos, de caráter organizacional, filantrópico, assistencial, promocional, recreativo e educacional, sem cunho político ou partidário, com a finalidade de atender a todos que a ela se dirigirem, independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor ou crença religiosa.

II - A Associação Filantrópica Bom Samaritano, tem por finalidade atender crianças e adolescentes de zero a 18 anos, bem como pessoas e famílias em situação de risco, que receberão orientação e acompanhamento, tendo os seguintes objetivos:

- a) Colaborar na habilitação, reabilitação e integração social das crianças, adolescentes, pessoas e famílias em situação de risco;
- b) Promover reuniões, debates, conferências, seminários e círculos de estudos para famílias, rede de atendimento a crianças, adolescentes e público em geral;
- c) Zelar pela garantia da proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência garantidos em Lei;
- d) Criar ou dirigir entidade de atendimento voltados a garantia de direitos da Crianças e Adolescentes em forma de acolhimento provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, sob medida de proteção (Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente) e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção.
- e) Na concessão de quaisquer benefícios aos usuários, não haverá qualquer discriminação quanto a língua, cor, sexo, nacionalidade, profissão, credo político ou religioso;
- g) Manter intercâmbios com entidades congêneres para troca de experiências, privadas ou públicas, nacionais ou internacionais, podendo ainda, firmar contratos de serviços, parcerias e convênios com essas entidades sempre com vistas à promoção humana;
- h) Para a consecução de suas finalidades, a Entidade Bom Samaritano pode exercer todas as atividades convenientes, diretamente ou por acordos, por meio de contratos, promoções, parcerias e convênios com empresas, poder público, órgãos

P. Souza

D



internacionais, pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado e de contribuições voluntárias;

i) Criar ou dirigir entidade de atendimento voltados a garantia de direitos fundamentais do cidadão em situação de risco pessoal e social.

#### Art. 2º - DOS COMPROMISSOS DA ASSOCIAÇÃO

A Associação se dedicará às suas atividades através de seus administradores e associados, e adotará práticas de gestão administrativa, suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens, lícitas ou ilícitas, de qualquer forma, em decorrência da participação nos processos decisórios, e suas rendas serão integralmente aplicadas em território nacional, na consecução e no desenvolvimento de seus objetivos sociais.

#### Art. 3º - DA ASSEMBLÉIA GERAL

I - A Assembleia Geral Deliberativa é o órgão máximo e soberano da Associação, e será constituída pelos seus associados em pleno gozo de seus direitos, reunir-se-á anualmente para tomar conhecimento das ações da Diretoria Executiva e, extraordinariamente, quando devidamente convocada.

II - Constituirá em primeira convocação com a maioria absoluta dos associados e, em segunda convocação, meia hora após a primeira, com qualquer número, deliberando pela maioria simples dos votos dos presentes, salvo nos casos previsto neste estatuto, tendo as seguintes prerrogativas:

- a - Fiscalizar os membros da Associação, na consecução de seus objetivos;
- b - Eleger e destituir os administradores;
- c - Deliberar sobre a previsão orçamentária e a prestação de contas;
- d - Estabelecer o valor das mensalidades dos associados;
- e - Deliberar quanto à compra e venda de imóveis da Associação;
- f - Aprovar o regimento interno, que disciplinará os vários setores de atividades da Associação;
- g - Alterar, no todo ou em parte, o presente estatuto social;
- h - Deliberar quanto à dissolução da Associação;

P. A. Oliveira

9



i - Decidir, em ultima instância, sobre todo e qualquer assunto de interesse social, bem como sobre os casos omissos no presente estatuto.

Parágrafo Primeiro - As assembleias gerais poderão ser ordinárias ou extraordinárias, e serão convocadas, pelo Presidente ou por 1/5 dos associados, mediante edital fixado na sede social da Associação, com antecedência mínima de 10 (dez) dias de sua realização, onde constará: local, dia, mês, ano, hora da primeira e segunda chamada, ordem do dia, e o nome de quem a convocou;

Parágrafo Segundo - Quando a assembleia geral for convocada pelos associados, deverá o Presidente convocá-la no prazo de 3 (três) dias, contados da data entrega do requerimento, que deverá ser encaminhado ao presidente através de notificação extrajudicial. Se o Presidente não convocar a assembleia, aqueles que deliberam por sua realização, farão a convocação;

Parágrafo Terceiro - Serão tomadas por escrutínio secreto as deliberações que envolvam eleições da diretoria e conselho fiscal e o julgamento dos atos da diretoria quanto à aplicação de penalidades.

#### Art. 4º - DOS ASSOCIADOS

Os associados serão divididos nas seguintes categorias:

I. Associados Fundadores: os que ajudaram na fundação da Associação, e que constam na ata de fundação da entidade.

II. Associados Beneméritos: os que contribuem com trabalho voluntário, donativos e doações

III. Associados Contribuintes: as pessoas físicas ou jurídicas que contribuem, mensalmente, com a quantia fixada pela Assembleia Geral;

#### Art. 5º - DA ADMISSÃO DO ASSOCIADO

Poderão filiar-se, na qualidade de Associado contribuinte, somente pessoas maiores e capazes, em pleno gozo de seus direitos civis, independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor ou crença religiosa e, para seu ingresso, o interessado deverá preencher ficha de inscrição na secretaria da entidade, que a submeterá à Diretoria Executiva e, uma vez aprovada, terá seu nome, imediatamente, lançado no livro de associados, com indicação de seu número de matrícula e categoria à qual pertence, devendo o interessado:

- I. Apresentar a cédula de identidade, cpf e comprovante de residência;
- II. Concordar com o presente estatuto e os princípios nele definidos;
- III. Ter idoneidade moral e reputação ilibada;

P. A. Guerra

B

Art. 6º - SÃO DEVERES DOS ASSOCIADOS

São deveres dos associados:

- I. Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto;
- II. Respeitar e cumprir as decisões da Assembleia Geral;
- III. Zelar pelo bom nome da Associação;
- IV. Defender o patrimônio e os interesses da Associação;
- V. Cumprir e fazer cumprir o regimento interno;
- VI. Comparecer por ocasião das eleições;
- VII. Votar por ocasião das eleições;
- VIII. Denunciar qualquer irregularidade verificada dentro da Associação, para que a Assembleia Geral tome providências.

Parágrafo Único - É dever do associado contribuinte honrar pontualmente com as contribuições associativas.

Art. 7º - SÃO DIREITOS DOS ASSOCIADOS:

São direitos dos associados:

- I. Votar e ser votado para qualquer cargo da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, na forma prevista neste estatuto;
- II. Usufruir os benefícios oferecidos pela Associação, na forma prevista neste estatuto;
- III. Recorrer à Assembleia Geral contra qualquer ato da Diretoria ou do Conselho Fiscal;

Art. 8º - DA DEMISSÃO DO ASSOCIADO

É direito do associado demitir-se do quadro social, quando julgar necessário, protocolando seu pedido junto à Secretaria da Associação, desde que não esteja em débito com suas obrigações associativas.

Art. 9º - DA EXCLUSÃO DO ASSOCIADO

A perda da qualidade de associado será determinada pela Diretoria Executiva, sendo admissível somente havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, em que fique assegurado o direito da ampla defesa, quando ficar comprovada a ocorrência de:

P. A. Oliveira

99



- I. Violação do estatuto social;
- II. Difamação da Associação, de seus membros ou de seus associados;
- III. Atividades contrárias às decisões das assembleias gerais;
- IV. Desvio dos bons costumes;
- V. Conduta duvidosa, mediante a prática de atos ilícitos ou imorais;
- VI. Falta de pagamento, por parte dos "associados contribuintes", de três parcelas consecutivas das contribuições associativas.

Parágrafo Primeiro - Definida a justa causa, o associado será devidamente notificado dos fatos a ele imputados, através de notificação extrajudicial, para que apresente sua defesa prévia no prazo de 20 (vinte) dias a contar do recebimento da comunicação;

Parágrafo Segundo - Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a representação será decidida em reunião extraordinária da Diretoria Executiva, por maioria simples de votos dos diretores presentes;

Parágrafo Terceiro - Aplicada a pena de exclusão, caberá recurso, por parte do associado excluído, à Assembleia Geral, o qual deverá, no prazo de 30 (trinta) dias contados da decisão de sua exclusão, através de notificação extrajudicial, manifestar a intenção de ver a decisão da Diretoria Executiva ser objeto de deliberação, em última instância, por parte da Assembleia Geral;

Parágrafo Quarto - Uma vez excluído, qualquer que seja o motivo, não terá o associado o direito de pleitear indenização ou compensação de qualquer natureza, seja a que título for;

Parágrafo Quinto - O associado excluído por falta de pagamento, poderá ser readmitido, mediante o pagamento de seu débito junto à tesouraria da Associação.

#### Art. 10 - DA APLICAÇÃO DAS PENAS

As penas serão aplicadas pela Diretoria Executiva e poderão constituir-se em:

- I. Advertência por escrito;
- II. Suspensão de 30 (trinta) dias até 01 (um) ano;
- III. Eliminação do quadro social.

#### Art. 11 - DOS ORGÃOS ADMINISTRATIVOS DA INSTITUIÇÃO

P. A. J. J. J.

9



São órgãos da Associação:

- I. Diretoria Executiva;
- II. Conselho Fiscal.

#### Art. 12 - DA DIRETORIA EXECUTIVA

A Diretoria Executiva da Associação será constituída por 06 (seis) membros, os quais ocuparão os cargos de: Presidente, Vice Presidente, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiros. A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, a cada noventa dias e, extraordinariamente, quando convocada pelo presidente ou por qualquer de seus membros

#### Art. 13 - COMPETE À DIRETORIA EXECUTIVA

- I. Dirigir a Associação, de acordo com o presente estatuto, e administrar o patrimônio social.
- II. Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto e as decisões da Assembleia Geral;
- III. Promover e incentivar a criação de comissões, com a função de desenvolver cursos profissionalizantes e atividades culturais;
- IV. Representar e defender os interesses de seus associados;
- V. Elaborar o orçamento anual;
- VI. Apresentar a Assembleia Geral, na reunião anual, o relatório de sua gestão e prestar contas referentes ao exercício anterior;
- VII. Admitir pedido inscrição de associados;
- VIII. Acatar pedido de demissão voluntária de associados;
- IX. Deliberar sobre a abertura ou fechamentos de filiais.

Parágrafo único - As decisões da diretoria deverão ser tomadas por maioria de votos, devendo estar presentes, na reunião, a maioria absoluta de seus membros, cabendo ao Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

#### Art. 14 - COMPETE AO PRESIDENTE

- I. Representar a Associação ativa e passivamente, perante os órgãos públicos, judiciais e extrajudiciais, inclusive em juízo ou fora dele, podendo delegar poderes e constituir procuradores e advogados para o fim que julgar necessário;
- II. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;

*Po. A. Oliveira*

*D*

- III. Convocar e presidir as Assembleias Ordinárias e Extraordinárias;
- IV. Juntamente com o tesoureiro, abrir e manter contas bancárias, assinar cheques e documentos bancários e contábeis;
- V. Organizar relatório contendo o balanço do exercício financeiro e os principais eventos do ano anterior, apresentando-o à Assembleia Geral Ordinária;
- VI. Contratar funcionários ou auxiliares especializados, fixando seus vencimentos, podendo licenciá-los, suspendê-los ou demiti-los;
- VII. Criar departamentos patrimoniais, culturais, sociais, de saúde e outros que julgar necessários ao cumprimento das finalidades sociais, nomeando e destituindo os respectivos responsáveis.

Parágrafo Único - Compete ao Vice-Presidente, substituir legalmente o Presidente, em suas faltas e impedimentos, assumindo o cargo em caso de vacância.

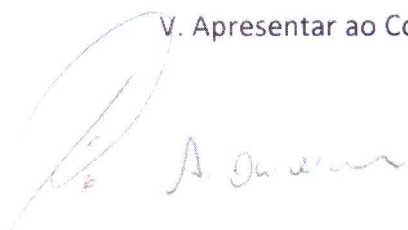
#### Art. 15 - COMPETE AO 1º SECRETÁRIO

- I. Redigir e manter, em dia, transcrição das atas das Assembleias Gerais e das reuniões da Diretoria Executiva;
- II. Redigir a correspondência da Associação;
- III. Manter e ter sob sua guarda o arquivo da Associação;
- IV. Dirigir e supervisionar todo o trabalho da Secretaria.

Parágrafo Único - Compete ao 2º Secretário, substituir o 1º Secretário, em suas faltas e impedimentos, assumindo o cargo em caso de vacância.

#### Art. 16 - COMPETE AO 1º TESOUREIRO

- I. Manter, em estabelecimentos bancários, juntamente com o presidente, os valores da Associação, podendo aplicá-los, ouvida a Diretoria Executiva;
- II. Assinar, em conjunto com o Presidente, os cheques e demais documentos bancários e contábeis;
- III. Efetuar os pagamentos autorizados e recebimentos devidos à Associação;
- IV. Supervisionar o trabalho da tesouraria e da contabilidade;
- V. Apresentar ao Conselho Fiscal, os balancetes semestrais e o balanço anual;



VI. Elaborar, anualmente, a relação dos bens da Associação, apresentando-a, quando solicitado, à Assembleia Geral.

Parágrafo Único - Compete ao 2º Tesoureiro; substituir 1º Tesoureiro, em suas faltas e impedimentos, assumindo o cargo em caso de vacância.

#### Art. 17 - DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, que será composto por quatro membros, sendo três titulares e um suplente e tem por objetivo, indelegável, fiscalizar e dar parecer sobre todos os atos da Diretoria Executiva da Associação, com as seguintes atribuições:

- I. Examinar os livros de escrituração da Associação;
- II. Opinar e dar pareceres sobre balanços e relatórios financeiro e contábil, submetendo-os a Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária;
- III. Requisitar ao 1º Tesoureiro, a qualquer tempo, a documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Associação;
- IV. Acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;
- V. Convocar Extraordinariamente a Assembleia Geral.

Parágrafo único - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente, uma vez por ano, na segunda quinzena de janeiro, em sua maioria absoluta, e extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente da Associação, ou pela maioria simples de seus membros.

#### Art. 18 - DO MANDATO

As eleições para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal realizar-se-ão, conjuntamente, de 02 (dois) em 02 (dois) anos, por chapa completa de candidatos apresentada à Assembleia Geral, podendo seus membros serem reeleitos.

#### Art. 19 - DA PERDA DO MANDATO

A perda da qualidade de membro da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, será determinada pela Assembleia Geral, sendo admissível somente havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, quando ficar comprovado:

- I. Malversação ou dilapidação do patrimônio social;
- II. Grave violação deste estatuto;

P. A. Oliveira

9



III. Abandono do cargo, assim considerada a ausência não justificada em 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas, sem expressa comunicação dos motivos da ausência, à secretaria da Associação;

IV. Aceitação de cargo ou função incompatível com o exercício do cargo que exerce na Associação;

V. Inidoneidade judicialmente reconhecida.

Parágrafo Primeiro - Definida a justa causa, o diretor ou conselheiro será comunicado, através de notificação extrajudicial, dos fatos a ele imputados, para que apresente sua defesa prévia à Diretoria Executiva, no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da comunicação;

Parágrafo Segundo - Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a representação será submetida à Assembleia Geral Extraordinária, devidamente convocada para esse fim, composta de associados contribuintes em dia com suas obrigações sociais, não podendo ela deliberar sem voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes, sendo em primeira chamada, com a maioria absoluta dos associados e em segunda chamada, uma hora após a primeira, com qualquer número de associados, onde será garantido o amplo direito de defesa.

#### Art. 20- DA RENÚNCIA

Em caso renúncia de qualquer membro da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, o cargo será preenchido nos termos do presente Estatuto, no caso da Diretoria ou pelo suplente, no caso do Conselho Fiscal.

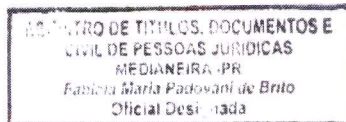
Parágrafo Primeiro - O pedido de renúncia se dará por escrito, devendo ser protocolado na secretaria da Associação, a qual, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da data do protocolo, o submeterá à deliberação da Assembleia Geral;

Parágrafo Segundo - Ocorrendo renúncia coletiva da Diretoria e Conselho Fiscal, o Presidente renunciante, qualquer membro da Diretoria Executiva ou, em último caso, qualquer dos associados, poderá convocar a Assembleia Geral Extraordinária, que elegerá uma comissão provisória composta por 05 (cinco) membros, que administrará a entidade e fará realizar novas eleições, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de realização da referida assembleia. Os diretores e conselheiros eleitos, nestas condições, complementarão o mandato dos renunciantes.

#### Art. 21- DA REMUNERAÇÃO

*P. A. Oliveira*

9



Serviço de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas  
Protocolo Nº 0060038  
Registro Nº 0008143  
LIVRO A-058 - PDF/A Nº 033 - AVB Nº 07  
SFTD16e0TnsyadutKIDc1595q  
Consulte em <http://selo.funarpen.com.br/consulta>  
Medianeira-PR, 30 de novembro de 2023

Fabiola Maria Padovani de Brito  
Oficial Designada



## Art. 26 - DA DISSOLUÇÃO

A Associação poderá ser dissolvida, a qualquer tempo, uma vez constatada a impossibilidade de sua sobrevivência, face à impossibilidade da manutenção de seus objetivos sociais, ou desvirtuamento de suas finalidades estatutárias ou, ainda, por carência de recursos financeiros e humanos, mediante deliberação de Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, composta de associados contribuintes em dia com suas obrigações sociais, não podendo ela deliberar sem voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes, sendo em primeira chamada, com a totalidade dos associados e em segunda chamada, uma hora após a primeira, com a presença de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos associados.

Parágrafo único - Em caso de dissolução social da Associação, liquidado o passivo, os bens remanescentes, serão destinados para outra entidade assistencial congênere, com personalidade jurídica comprovada, sede e atividade preponderante nesta capital e devidamente registrada nos órgãos públicos competentes.

## Art.27 - DO EXERCÍCIO SOCIAL

O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras da entidade, de conformidade com as disposições legais.

## Art. 28 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A Associação não distribui lucros, bonificações ou vantagens a qualquer título, para dirigentes, associados ou mantenedores, sob nenhuma forma ou pretexto, devendo suas rendas ser aplicadas, exclusivamente, no território nacional.

## Art. 29 - DAS OMISSÕES

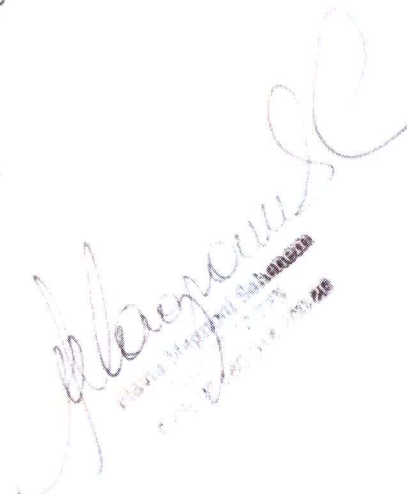
Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pela Diretoria Executiva, "ad referendum" da Assembleia Geral.

Medianeira, 13 de novembro de 2023.

  
PRESIDENTE

  
SECRETÁRIO

Entidade Filantrópica O Bom Samaritano  
CNPJ: 11.483.768/0001-80  
Nelson José Buss  
Presidente  
CPF: 492.618.359-53

  
Maria Magalhães da Fonseca  
CPF: 011.111.111-11



ATA 02/2025 – RETIFICAÇÃO DA ATA 01/2025

Aos 22 dias do mês de abril de 2025, eu, Nelton Jose Buss, Presidente da Entidade Filantrópica O Bom Samaritano, juntamente com o Secretário André Alves de Oliveira, tendo constatado erro no material em relação aos CNPJs das filiais de Missal e Santa Helena, e a ausência de previsão dos CEPs das unidades das filiais, retificamos a Ata 01/2025, para que passe a constar corretamente os referidos dados. Sendo assim, a redação da Ata 01/2025 passa a ser a seguinte: Aos vinte e quatro dias do Fevereiro do ano de 2025, nas dependências da Casa de Passagem, localizada na Rua Paraguai, 880, Centro – Medianeira-PR, as 19:00 horas, reuniram -se os membros da diretoria da Entidade Filantrópica O Bom Samaritano, para reunião ordinária.

O presidente Nelton Jose Buss, abriu a reunião cumprimentando a todos, e constatando a presença da maioria absoluta dos membros da diretoria executiva, conforme o artigo 13 do estatuto social, e deu seqüência nos pauta da noite, que se refere a alteração dos endereços das filiais da casa Lar de São Miguel do Iguaçu, Missal, e Santa Helena, em tempo, também será tratado sobre a abertura de uma nova filial para o município de Medianeira, nos dispostos do art.13 IX do estatuto social.

Deste modo, o primeiro assunto a ser tratado, foi a alteração do endereço da Casa Lar de São Miguel do Iguaçu, inscrita sob CNPJ 11.483.768/0004-22, que antes tava localizado na rua Marechal Candido Rondon, nº 533 – Centro, e agora, passa a se localizar na rua Alfredo Chaves, nº 482 – Sala 01, Centro, do mesmo município – CEP 85877-000, esta alteração foi votada e aprovada com unanimidade dos votos.

O segundo assunto da noite, foi a alteração do endereço da filial de Santa Helena, inscrita sob CNPJ 11.483.768/0003-41, que se localizava no endereço da Linha Gaucha, chácara 05, sem nº, e passa a se localizar na Rua das Americas, nº 230 – Centro, do mesmo município, CEP 85892-000. – Esta alteração foi votada e aprovada com unanimidade dos votos.

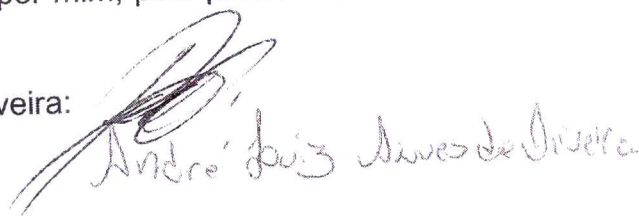
O terceiro assunto a ser tratado, foi a alteração do endereço da filial do município de Missal, CNPJ 11.483.768/0002-60, que se localizava na Rua Santa Cruz, nº 118 – Centro e passa a se localizar na Rua Paraná, nº 673 – Centro, do mesmo município. CEP 85890-000 – Esta alteração foi votada e aprovada com unanimidade dos votos.

Quarto e ultimo assunto da noite, foi tratado apontado a necessidade da abertura de uma filial para a Casa de Passagem, na Rua Paraguai, 880 – Centro, Medianeira – PR , CEP 85720-041 – O ramo de atividade será de acordo com o estatuto, Cnae: 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais, Cnae 4.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte, Cnae 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente. Esta abertura foi votada e aprovada com unanimidade dos votos.

Após os assuntos votados e aprovados por unanimidade, o senhor presidente, deu por encerrada esta reunião, e eu, André Luiz Alves de Oliveira, secretario, lavrei esta ata que será assinada por mim, pelo presidente e demais membros da diretoria.

Presidente – Nelton Jose Buss:

1º Secretario - Andre Alves De Oliveira:





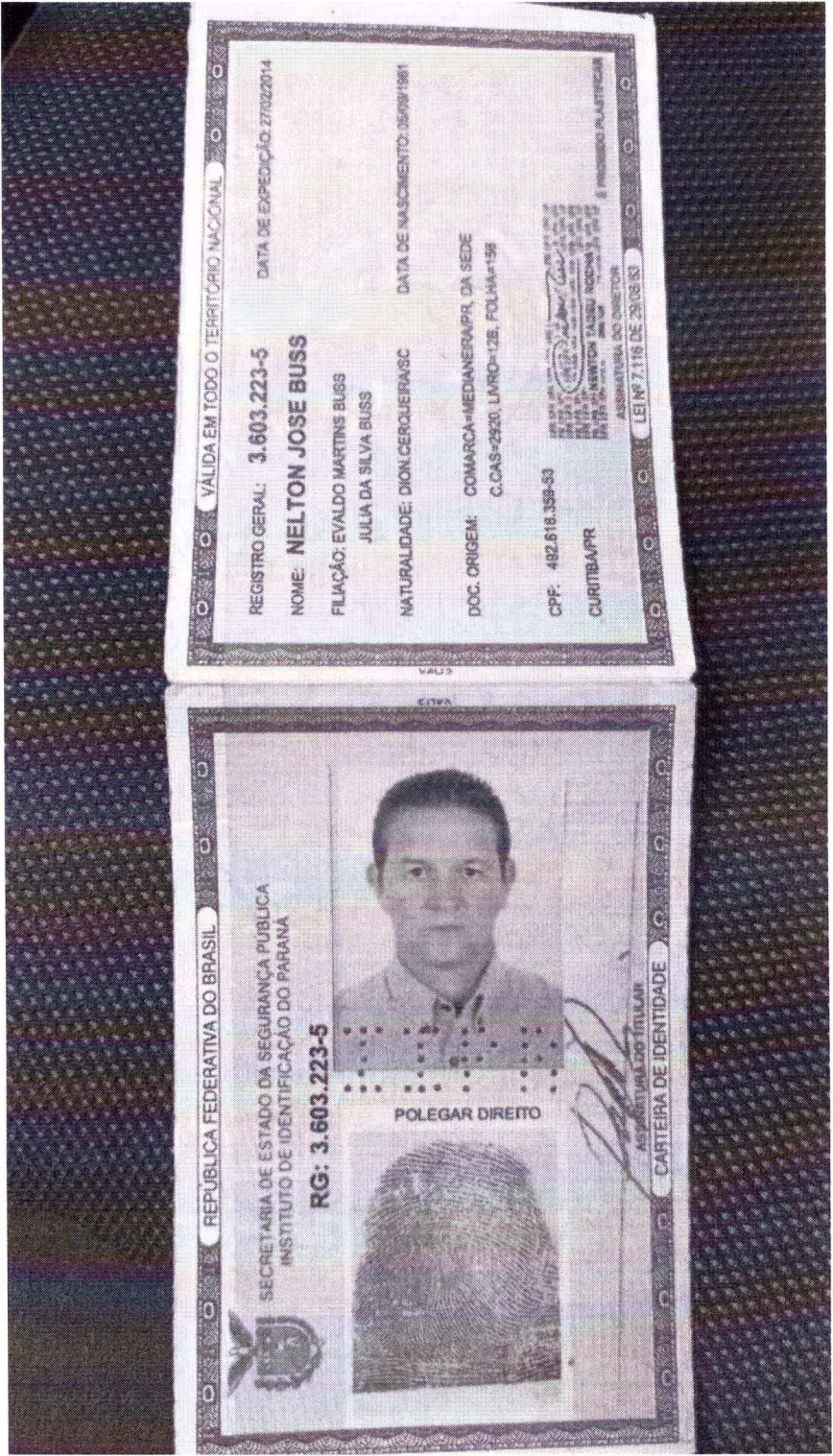




Tatiane Cras  
Hoje às 10:26



48 ✓





Classificação:  
B1 Residencial / Residencial

Tipos de Fornecimento:  
Monofásico /40A

Nome : NELTON JOSE BUSS

Endereço: R Quinze, 497 - Jardim Irene

CEP: 85884-000

Cidade: Medianeira - Estado: PR

CPF: 492.618.359-53

UNIDADE CONSUMIDORA

27521222

CODIGO DO CLIENTE

10683246

REF. MÊS / ANO	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
05/2023	21/05/2023	R\$298,35

DATAS DE LETURAS	Leitura anterior	Leitura atual	Nº de dias	Próxima Leitura
	03/04/2023	03/05/2023	30	02/06/2023



NOTA FISCAL Nº. 36648411 - SÉRIE 3 - DATA DE EMISSÃO: 04/05/2023

Consulte Chave de Acesso em:  
<https://nfe.fazenda.pr.gov.br/nfe/nfeConsulta?wscd=4123050436689000106650030366484111085186662>

Chave de Acesso  
4123 0504 3668 9000 0106 6500 3036 6484 1110 8518 6662

Protocolo de Autorização: 1412300021374608 - 04/05/2023 às 03:49:15 -00:00

Itens de fatura	Unid.	Quant.	Preço unit (R\$) com tributos	Valor (R\$)	ICMS	PS/COFINS	tarifa unit. (R\$)	Título	Base de Cálculo ICS	Alíquota (%)	Valor 200
ENERGIA ELET CONSUMO	kWh	358	0.329134	117.83	21.21	3.92	0.258940	EDF	250.24	18%	44.66
ENERGIA ELET USO SISTEMA	kWh	358	0.395000	141.41	25.45	4.70	0.310800	EDF/MS	215.87	3.3350%	7.08
CONT ILUMIN PUBLICA MUNICIPIO	UN	1	39.110000	39.11				PS	215.87	0.72%	1.53
TOTAL				298.35	46.66	8.62					

HISTÓRICO DE CONSUMO - kWh

CONSUMO FATURADO

MAR23	358
ABR23	498
MAR23	399
FEV23	456
JAN23	472
DEZ22	328
NOV22	228
OUT22	221
SET22	242
AGO22	216
JUL22	244
JUN22	221
MAR22	217

Nº DIAS FAT.

MAR23	30
ABR23	31
MAR23	29
FEV23	30
JAN23	32
DEZ22	29
NOV22	30
OUT22	32
SET22	31
AGO22	29
JUL22	31
JUN22	31
MAR22	29

Métrica	Sanfona	Postos horários	Leitura anterior	Leitura Atual	Cost Medida	Consumo kWh
0302307876	CONSUMO kWh	TP	24653	25011	1	358

Reservado ao Fisco

PERÍODO FISCAL: 04/05/2023

450B.A08D.EF04.E7D6.DD0C.17CF.152F.FE92





Tatiane Cras  
Hoje às 10:26

